



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO

Processo nº: **1003523-61.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Serviços Profissionais**
 Requerente: **Lilian Nave da Fonseca- Acompanhado(a) pelo(a) Advogado(a) Dr(a). Bruna Oliveira de González .**
 Requerido: **Maria Jose Botelho dos Santos - CPF 149.461.978-82 - Desacompanhado de advogado.**

Aos 06 de setembro de 2017, às 17:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) **MM Juiz**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes, bem como de seu(s) advogado(s) e representantes, acima identificados.

Proposta a conciliação esta foi aceita pelas partes nos seguintes termos. **O(a) requerido(a) pagará ao requerente, por conta de todo o débito, o valor de R\$2.100,00, em 21 parcelas iguais, fixas e consecutivas, no valor de R\$100,00 cada uma, vencendo-se a primeira em 10/10/2017 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes. Os pagamentos serão efetuados no escritório da procuradora da requerente, na Rua Conde do Pinhal, 2585, 2º andar – Centro – São Carlos/SP, mediante a emissão de recibo. O não pagamento de uma das parcelas, implicará no vencimento antecipado das demais além de multa de 10% sobre o saldo remanescente da dívida. Pelo MM. Juiz Dr. Silvio Moura Sales foi dito: "Vistos. Homologo, para que tenha eficácia de título judicial, o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 487, III "b" do C.P.C. Decorridos 5 (cinco) dias corridos do prazo previsto para o pagamento da última parcela, sem qualquer manifestação em sentido contrário ao pactuado, façam-se as anotações de estilo, providenciando-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais, presumindo-se cumprida a obrigação (Seção V, item 14.2.1 do Prov. 806/03). Publicada nesta audiência, REGISTRE-SE". E.T. As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz. Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pelas partes, não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS.** Eu, Amarildo Frossard, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Requerente:

Adv. Requerente(s):

Requerida: